

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>						<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.459	32.950	167.889	121.502	Fornecedores	17	21.067	24.051	17.271	19.254
Títulos a receber	6	326	384			Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	117.015	75.723	117.015	75.723
Concessionárias	5	76.898	62.802	77.838	64.090	Outros tributos a recolher	8	9.501	8.750	14.171	14.693
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	617	3.651	6.773	14.531	Dividendos	11	167.661	175.162	174.186	182.995
Outros tributos compensáveis	8	2.361	4.385	2.518	5.419	Debêntures	18	152.086	150.429	152.086	150.429
Dividendos a receber	11	10.102	13.658			Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			3.705	4.724
Prêmio de risco - GSF	12	2.701	2.701	2.749	2.749	Benefícios pós-emprego	20			50	55
Rendas a receber	7			2.927	3.429	Uso do bem público	21			7.727	6.411
Outros créditos	13	8	16	8.046	7.364	Provisões	22			6.424	4.556
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>130.472</b>	<b>120.547</b>	<b>268.740</b>	<b>219.084</b>	Outras contas a pagar	13	10.134	8.645	13.444	11.716
<b>Não circulante</b>						<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>477.464</b>	<b>442.760</b>	<b>506.079</b>	<b>470.556</b>
Títulos a receber	6	7.855	7.593			<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	9		19.524		19.524	Tributos diferidos	9	28.816	2	46.788	24.954
Prêmio de risco - GSF	12	16.884	19.585	17.184	19.932	Debêntures	18	149.507	149.881	149.507	149.881
Outros créditos	13	265	1.086	1.769	2.539	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			88.856	85.890
		<b>25.004</b>	<b>47.788</b>	<b>18.953</b>	<b>41.995</b>	Benefícios pós-emprego	20			1.284	1.501
Investimentos	14	982.211	1.008.470			Uso do bem público	21			58.370	52.360
Imobilizado	15	788	104	983.980	1.015.207	Provisões	22	450	440	22.561	24.135
Intangível	16	219.081	93.862	551.734	457.723	Outras contas a pagar	13	1.587	856	3.808	2.389
		<b>1.202.080</b>	<b>1.102.436</b>	<b>1.535.714</b>	<b>1.472.930</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>180.360</b>	<b>151.179</b>	<b>371.174</b>	<b>341.110</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.227.084</b>	<b>1.150.224</b>	<b>1.554.667</b>	<b>1.514.925</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	23.1	6.868	6.868	6.868	6.868
						Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
						Reservas de lucros	23.3	113.358	90.657	113.358	90.657
						Outros resultados abrangentes	23.4	303	104	303	104
						<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>699.732</b>	<b>676.832</b>	<b>699.732</b>	<b>676.832</b>
						Participações não controladores				246.422	245.511
						<b>Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores</b>		<b>699.732</b>	<b>676.832</b>	<b>946.154</b>	<b>922.343</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.357.556</b>	<b>1.270.771</b>	<b>1.823.407</b>	<b>1.734.009</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.357.556</b>	<b>1.270.771</b>	<b>1.823.407</b>	<b>1.734.009</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)						(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Receitas	24	716.237	651.036	757.362	696.979	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25					Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	572.475	404.221	584.617	419.933	
Custo do serviço de energia elétrica		(19.380)	(121.653)	(19.463)	(123.472)	Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Custo de operação		(86.168)	(100.944)	(60.462)	(57.793)	Títulos a receber - variações monetárias e AVP	(782)	(1.072)			
		(105.548)	(222.597)	(79.925)	(181.265)	Depreciações e amortizações	39.198	28.912	78.495	67.982	
Lucro bruto		610.689	428.439	677.437	515.714	Direito de Concessão - GSF	(135.476)	(93.862)	(135.476)	(93.862)	
Despesas e Receitas operacionais	25					Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP	19.158	15.584	28.841	30.476	
Despesas gerais e administrativas		(44.222)	(34.323)	(53.608)	(46.085)	Uso do bem público - atualização monetária e AVP			13.913	13.942	
Outras despesas e receitas operacionais		(321)	13	(397)	(212)	Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	843	8	3.661	2.409	
		(44.543)	(34.310)	(54.005)	(46.297)	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			2.423	4.593	
Resultado das participações societárias	14	20.131	25.142			Ajuste a valor presente	(20.131)	(25.142)			
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		586.277	419.271	623.432	469.417	Resultado de participações societárias					
Resultado Financeiro	26					Amortização do prêmio de risco - GSF	2.701	2.702	2.748	2.750	
Receitas financeiras		7.218	2.721	11.382	9.927	Outros	3.755	2.352	3.892	2.242	
Despesas financeiras		(21.020)	(17.771)	(50.197)	(53.411)		481.741	333.703	583.114	450.465	
		(13.802)	(15.050)	(38.815)	(49.484)	(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		572.475	404.221	584.617	419.933	Concessionárias	(14.096)	9.989	(13.748)	10.831	
Tributos sobre o lucro	27					Imposto de renda e contribuição social a compensar	(24.784)	(32.956)	(25.724)	(32.956)	
Imposto de renda e contribuição social correntes		(147.060)	(98.538)	(158.878)	(112.856)	Rendas a receber			3.214	1.047	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(48.338)	(37.839)	(41.217)	(29.933)	Outros ativos operacionais	829	241	119	(103)	
		(195.398)	(136.377)	(200.095)	(142.789)		(38.051)	(22.726)	(36.139)	(22.115)	
Lucro líquido do exercício		377.077	267.844	384.522	277.144	Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Atribuível aos acionistas controladores		377.077	267.844	377.077	267.845	Fornecedores	(2.984)	(22.087)	(4.695)	(18.103)	
Atribuível aos acionistas não controladores				7.445	9.299	Outros tributos a recolher	24.049	31.185	28.685	30.637	
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28					Provisões	(833)		(5.790)	(3.945)	
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)						Uso do bem público			(6.587)	(5.360)	
CN		1,55602	0,99474	1,55602	0,99474	Outros passivos operacionais	(1.534)	(2.690)	(1.751)	(1.748)	
PNA		2,29666	1,79666	2,29666	1,79666		18.698	6.408	9.862	1.481	
PNB		1,55604	0,99474	1,55604	0,99474	Caixa proveniente das atividades operacionais	462.388	317.385	556.837	429.873	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)						Caixa líquido proveniente das atividades operacionais				2020/21	2020/19	2019/20	2019/18		
	Nota	Controladora		Consolidado			Fluxo de caixa das atividades de investimento								
		2021	2020	2021	2020		Dividendos recebidos				19.638	20.931			
							Adições ao Imobilizado e Intangível				(36)		(3.992)	(7.094)	
							Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento				19.602	20.931	(3.992)	(7.094)	
							Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
							Títulos recebidos				521	543			
							Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos				(358.447)	(104.988)	(365.705)	(112.731)	
							Captação de empréstimos e financiamentos				149.392	(110)	149.392	(110)	
							Pagamentos de encargos de dívidas				(167.267)	(216.574)	(174.353)	(224.825)	
							Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos				(133)	(207)	(396)	(694)	
							Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				30.1	(375.934)	(321.336)	(391.062)	(338.360)
Resultado líquido do exercício															
Outros resultados abrangentes	23.4	377.077	267.844	384.522	277.144										
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado															
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				412	69										
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		199	33												
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(140)	(22)										
		199	33	272	47										
Resultado abrangente do exercício		377.276	267.877	384.794	277.191										
Atribuível aos acionistas controladores		377.276	267.877	377.276	267.877										
Atribuível aos acionistas não controladores				7.518	9.314										

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
						DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
						(Em milhares de reais)									
						Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado		
Geração do valor adicionado	950.765	836.722	999.890	895.109		6.868	579.203	33.015	71	-	619.157	248.304	867.461		
Receita operacional	815.253	742.841	860.393	793.822											
Receita relativa à construção de ativos próprios	135.512	93.862	139.468	101.089											
Outras receitas		19	29	196											
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(175.318)	(241.968)	(191.686)	(265.066)											
Custos da energia comprada	(113.468)	(184.414)	(112.768)	(185.694)											
Encargos de uso da rede elétrica	(57.141)	(53.027)	(57.932)	(53.761)											
Materiais	(39)	(57)	(3.385)	(3.597)											
Serviços de terceiros	(1.604)	(1.981)	(12.885)	(17.553)				(31.643)			(31.643)	(12.093)	(43.736)		
Outros custos operacionais	(3.066)	(2.489)	(4.716)	(4.471)					267.844		267.844	9.300	277.144		
Valor adicionado bruto	775.447	594.754	808.204	630.043					(26.784)		(26.784)		(26.784)		
Retenções															
Depreciações e amortizações	(39.198)	(28.911)	(78.753)	(68.204)					(22.651)		(22.651)		(22.651)		
Valor adicionado líquido produzido	736.249	565.843	729.451	561.839				89.285	(129.124)		(129.124)		(129.124)		
Valor adicionado recebido em transferência															
Receitas financeiras	8.775	4.457	13.182	5.767					(89.285)		-		-		
Resultado da equivalência patrimonial	20.131	25.142													
Valor adicionado total a distribuir	765.155	595.442	742.633	567.606											
Distribuição do valor adicionado															
Pessoal															
Remuneração direta	1.686	2.155	13.772	13.845		6.868	579.203	90.657	104	-	676.832	245.511	922.343		
Benefícios	352	470	3.076	3.066											
FGTS	364	117	1.160	849											
Impostos, taxas e contribuições															
Federais	268.814	195.831	288.397	218.984				(89.285)			(89.285)		(89.285)		
Estaduais	862	1	1.259	162							-	(6.607)	(6.607)		
Municipais	12	19	86	143								7.445	384.522		
Remuneração de capitais de terceiros	21.020	17.771	50.197	53.411					377.077		377.077		377.077		
Juros	94.968	111.234	164	2					(37.708)		(37.708)		(38.508)		
Aluguéis															
Remuneração de capital próprio															
Juros sobre capital próprio	22.864	22.651	22.864	44.663					(94.000)		(94.000)		(94.000)		
Participações dos não controladores									(22.864)		(22.864)		(22.864)		
Dividendos	204.519	129.124	204.519	129.124				111.986	(110.519)		(110.519)		(110.519)		
Partes beneficiárias	37.708	26.784	37.708	26.784					(111.986)		-		-		
	653.169	506.157	630.647	500.333											
	111.986	89.285	111.986	67.273							199	73	272		
Lucros retidos	765.155	595.442	742.633	567.606		6.868	579.203	113.358	303	-	699.732	246.422	946.155		



NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletrobras) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o ressarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015.

O Ativo constituiu pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do objeto de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto, a Companhia procedeu com o registro contábil em 31 de dezembro de 2020 (R\$93.862) e 31 de março de 2021 (R\$4.554), conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos acobitos pela ANEEL.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182/21, em conversão da MP nº 1.031, que trata da desestatização da Eletrobras. Entre outros temas, quanto ao GSF, o art. 18 da referida Lei alterou a Lei nº 13.203/15 para que a parcela da energia do ACR pré-2015 considerada não repactuada, permitindo agora sua repactuação nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACL). Em 30 de setembro de 2021 a Companhia procedeu com mais um registro contábil de R\$130.923, totalizando no exercício um incremento de 18,5 meses (correspondente a R\$229.338) no prazo da sua concessão. O referido registro foi efetuado no Intangível (Nota 16) em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 25).

Adicionalmente, em 12 de agosto foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam a prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021. Assim sendo, o registro do incremento estimado de 18,5 meses na sua Concessão foi efetuado conforme acima mencionado.

**1.1.1 Uso do bem público**

A Investo, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, estabelecido em 31 de dezembro de 2021 de R\$6.597, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$66.097 (R\$58.771 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 21). A falta de pagamento do seja parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 13.3).

**2 Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho da Administração.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 20.

**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes as demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análises de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

**2.5 Modo funcional e modo de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investo e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

**2.7 Informações por segmento**

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2021 92% (89% em 2020) da receita operacional bruta consolidada.

**2.8 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19, em relação à sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerissem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

**2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB), e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitem novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**2.9.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros.				
CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/22
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/22
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento da receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/22
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente as regras do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/22
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/23
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/23
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/23
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliar o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/23

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2021 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 5ª Emissão	jun/21	jun/24	150.000	CDI + 1,05% a.a.	Capital de Giro

Para mais informações sobre a captação, vide nota 18.

3.2 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Publicação	Descrição	Status
A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento hidroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazo para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) registrar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhora da expectativa de chuvas ao final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir.	Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP caducou, bem como ocorreu o fim da CREG.	

3.3 Extensão no prazo de concessão do GSF (Lei nº 14.182/21 e REH nº 2.932/21)

O referido cumprimento no prazo de concessão da Companhia e seus impactos está descrito na nota 1.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	2.626	1.426	3.545	2.206
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	34.833	31.524	164.344	119.296
<b>Total</b>	<b>37.459</b>	<b>32.950</b>	<b>167.889</b>	<b>121.502</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados à taxa que variam entre 101,00% a 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5 Concessionárias

		Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	5.1	67.677	55.109	68.375	55.668
Energia de curto prazo		6.247	3.557	6.419	4.224
Encargos de uso da rede elétrica		2.974	4.136	3.044	4.198
Total		76.898	62.802	77.838	64.090

Os saldos são totalmente vinculados e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos da responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas possuem-se materiais e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação do exercício no montante do R\$12.568 decorre substancialmente ao aumento no preço médio de venda praticado no mês de dezembro de 2021, que foi de R\$255,51, quando comparado com dezembro 2020 de R\$204,39.

6 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	6.1	326	384	17.124
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				17.507
				(9.209)
				(9.914)
<b>Total</b>		<b>326</b>	<b>384</b>	<b>7.855</b>
				<b>7.593</b>

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investo no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investo, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 19.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$8.181 (R\$7.977 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investo na data de avaliação do ativo.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investo não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Paulista Lajeado	759	889
CEB Lajeado	2.168	2.540
	<b>2.927</b>	<b>3.429</b>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e editado em 23 de junho de 2009, no qual a Investo arrendou as demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investo, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 09 (R1) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investo, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vinculados e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investo receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido de depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na proporção do ano seguinte.

As variações no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e Aluguéis (Nota 24), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2020 ser maior que o IPCA que havia sido projetado para o exercício, houve um aumento refletido no CA de 0,7 p.p.; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2021 em relação ao exercício anterior de 0,8 p.p.

8 Impostos e contribuições sociais

		Controladora						
	Saldo em			Atualização	Adiantamentos /	Compensação	Transfe-	Saldo em
Nota	31/12/2020	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos	rência	31/12/2021

Ativos compensáveis

Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.651	(1.227)	7	24.239	(2.192)	(23.861)	617
<b>Total Circulante</b>	<b>3.651</b>	<b>-</b>	<b>(1.227)</b>	<b>7</b>	<b>24.239</b>	<b>(2.192)</b>	<b>617</b>
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	707	24.535	(707)			(24.535)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.018	1.109	(254)			(1.379)	495
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.478	1.840				(2.478)	1.840
Outros	181		(153)			(2)	26
<b>Total Circulante</b>	<b>4.385</b>	<b>27.484</b>	<b>(1.114)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.394)</b>	<b>2.361</b>

Passivos a recolher

Imposto de renda e contribuição social a recolher	75.723	145.579	-	740	(77.308)	(27.719)	117.015
<b>Total Circulante</b>	<b>75.723</b>	<b>145.579</b>	<b>-</b>	<b>740</b>	<b>(77.308)</b>	<b>-</b>	<b>117.015</b>
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	5.308	76.918			(49.483)	(2.192)	8.005
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	17	81			(79)		19
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	3.398	3.430		(3.398)		3.430
Impostos com pessoal	27	154			(164)		17
<b>Total Circulante</b>	<b>8.750</b>	<b>80.583</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(53.104)</b>	<b>(2.192)</b>	<b>24.536</b>
<b>Total</b>	<b>84.473</b>	<b>226.162</b>	<b>-</b>	<b>740</b>	<b>(129.412)</b>	<b>(29.911)</b>	<b>141.717</b>

		Consolidado						
	Saldo em			Atualização	Adiantamentos /	Compensação	Transfe-	Saldo em
Nota	31/12/2020	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos	rência	31/12/2021

Ativos compensáveis

Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.531	(1.227)	233	37.807	(10.563)	(34.008)	6.773
<b>Total Circulante</b>	<b>14.531</b>	<b>-</b>	<b>(1.227)</b>	<b>233</b>	<b>37.807</b>	<b>(10.563)</b>	<b>6.773</b>
Outros tributos compensáveis							
ICMS	15	(15)					-
PIS e COFINS	707	25.221	(707)			(25.221)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.917	1.709	(254)			(2.720)	652
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.478	1.840				(2.478)	1.840
IRFCS retidos sobre faturamento	48	-	(52)			3	-
Outros	253	1	(230)		4	(2)	26
<b>Total Circulante</b>	<b>5.419</b>	<b>28.771</b>	<b>(1.258)</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>(30.418)</b>	<b>2.518</b>

Passivos a recolher

Imposto de renda e contribuição social a recolher	75.723	157.345	-	740	(77.589)	(39.204)	117.015
<b>Total Circulante</b>	<b>75.723</b>	<b>157.345</b>	<b>-</b>	<b>740</b>	<b>(77.589)</b>	<b>-</b>	<b>117.015</b>
Outros tributos a recolher							
ICMS	36	312			(336)		62
PIS e COFINS	6.394	90.117			(53.681)	(10.563)	7.045
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	275	680			(850)		105
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	7.598	6.580	(2)	(7.596)		6.580



PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 15

-continuação

Lojeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora						
2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030
6.021	5.766	5.510	4.544	4.288	11.811	9.706
Consolidado						
2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030
10.290	10.035	9.779	7.422	7.166	20.409	9.706
						74.807

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 17) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe “A”, “B” e “C” da Investco (Notas 6.1 e 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora				Passivo				Receitas (Despesas)	
				Ativo		Passivo		Circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>													
<b>Suprimento de energia elétrica</b>													
EDP São Paulo	Controle comum	269,90	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2							27	26
EDP São Paulo	Controle comum	272,24	01/01/2009 a 31/12/2038	15	14							123	118
EDP São Paulo	Controle comum	253,53	01/01/2009 a 31/12/2038	50	45							400	384
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		12/12/2001 a 28/02/2021		16.238							40.376	228.144
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.719								99.177	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/03/2021 a 31/03/2021									5.087	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/04/2021 a 30/04/2021									3.556	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020									22.095	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021									12.500	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021									4.082	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021									5.561	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021									6.813	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/12/2021 a 31/12/2021	5.208								5.208	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/04/2021 a 30/06/2021									6.852	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/10/2021 a 31/12/2021	2.399								7.121	
EDP Espírito Santo	Controle comum	264,5	01/01/2008 a 31/12/2037	7	4							57	54
EDP Espírito Santo	Controle comum	266,8	01/01/2009 a 31/12/2038	13	8							103	98
EDP Espírito Santo	Controle comum	248,46	01/01/2009 a 31/12/2038	41	36							336	320
Energest	Controle comum	39,68	01/04/2020 a 30/04/2020										1.886
Porto do Pecém	Controle comum	348,16	01/03/2020 a 31/03/2020										1.806
<b>Uso do sistema de transmissão</b>													
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032	17.454	1.494	-	-	-	-	-	-	3.007	17.701
				<b>17.454</b>	<b>17.841</b>							<b>222.481</b>	<b>250.537</b>
<b>Fornecedores (Nota 17)</b>													
<b>Suprimento de energia elétrica</b>													
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/05/2020 a 31/12/2020						4.397				(34.751)
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/07/2020 a 31/12/2020						1.576				(9.353)
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2020 a 30/11/2020										(68.739)
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2021					2.696				(31.741)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2021					3.901				(23.157)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021									(12.482)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021									(4.076)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021									(5.508)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021									(6.748)	
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020									(22.095)	
Energest	Controle comum	184,63	01/01/2019 a 31/12/2020						2.335				(27.570)
Porto do Pecém	Controle comum	39,68	01/03/2020 a 31/03/2020										(206)
<b>Uso do sistema de transmissão</b>													
EDP Transmissão	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033					3	3			(34)	(36)
EDP Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033					5	4			(56)	(42)
EDP Transmissão MA I	Controle comum (*)							14				(89)	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum							10				(66)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum							1				(5)	
				-	-	-	-	6.630	8.315	-	-	(106.057)	(140.697)
<b>Outras contas a pagar (Nota 13)</b>													
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022							765	701	(1.721)	(2.929)
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2026								11	(68)	(262)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2026								20	(20)	
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023									144	(885)
				-	-	-	-	-	-	785	856	(2.694)	(4.618)
				17.454	17.841	-	-	6.630	8.315	785	856	113.730	105.222
<b>Consolidado</b>													
				Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			Operacionais			
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>													
<b>Venda de energia elétrica</b>													
<b>Suprimento de energia elétrica</b>													
EDP São Paulo	Controle comum	269,9	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2							27	26
EDP São Paulo	Controle comum	232,42	01/01/2009 a 31/12/2038	15	14							123	118
EDP São Paulo	Controle comum	216,43	01/01/2009 a 31/12/2038	50	45							400	384
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		12/12/2001 a 31/12/2022		16.238							40.376	228.144
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/11/2018 a 30/11/2019	9.719								99.177	
EDP Espírito Santo	Controle comum	229,52	01/01/2008 a 31/12/2037	7	4							57	54
EDP Espírito Santo	Controle comum	231,52	01/01/2009 a 31/12/2038	13	8							103	98
EDP Espírito Santo	Controle comum	215,59	01/01/2009 a 31/12/2038	41	36							336	320
EDP São Paulo	Controle comum	192,67	01/08/2002 a 15/12/2032		203								2.470
EDP São Paulo	Controle comum	175,10	01/08/2005 a 15/12/2032		6								70
<b>Uso do sistema de transmissão</b>													
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032		1.494							3.007	17.701
EDP São Paulo	Controle comum		01/08/2005 a 15/12/2032	17.454	20							222.481	252
				<b>27.301</b>	<b>18.070</b>	-	-	-	-	-	-	<b>366.087</b>	<b>249.637</b>
<b>Fornecedores (Nota 17)</b>													
<b>Suprimento de energia elétrica</b>													
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2019						4.397				(34.751)
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2019						1.576				(9.353)
Energest	Controle comum	184,63	01/01/2019 a 31/12/2020						2.335				2.335
<b>Uso do sistema de transmissão</b>													
EDP Transmissão	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033						3				(36)
EDP Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033						4				(42)
				-	-	-	-	-	8.315	-	-	-	(41.847)
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)</b>													
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019			25	25			1.757	1.790		(4.902)
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2019								25	23	(585)
<b>Contrato de prestação de serviços (d)</b>													
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/12/2019 a 30/11/2024								69		(904)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019									378	(3.026)
				-	-	25	25	-	-	1.782	2.260	-	(9.417)
				<b>27.301</b>	<b>18.070</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	-	8.315	<b>1.782</b>	<b>2.260</b>	<b>366.087</b>	<b>198.373</b>

(\*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.3 Encargos setoriais

Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2021 de R\$9.903 (R\$8.402 em 31 de dezembro de 2020), R\$5.893 (R\$5.221 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício











PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 19

-continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe “A”, “B” e “C” da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

(v) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(vi) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

**29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**29.2 Gestão de riscos**

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP - Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

**29.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 16, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplic Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira. Com a pandemia da COVID-19 a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

**29.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Controladora									
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	34.833	3.212	-	3.212	796	1.590	(799)	(1.600)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	34.833	3.212	-	3.212	796	1.590	(799)	(1.600)
Debêntures	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
		(116.670)	(30.978)	(22.014)	(52.992)	(11.757)	(23.457)	12.096	24.261
Consolidado									
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)
Debêntures	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
		12.841	(23.930)	(22.014)	(45.944)	(10.026)	(20.008)	10.353	20.763

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a.

**29.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentadas nas notas 16 e 19.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessionárias (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

Controladora									
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total		Total	
Passivos financeiros									
Fornecedores	20.980	17	70	785		21.067		24.051	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas						785		856	
Debêntures			152.086	149.507		301.593		300.310	
Arrendamentos e aluguéis		12	112	500	302	926		114	
	20.980	29	152.268	150.792	302	324.371		325.331	
Consolidado									
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total		Total	
Passivos financeiros									
Fornecedores	24.239	708	237	1.782		25.184		19.254	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas						1.782		2.260	
Debêntures			152.086	149.507		301.593		300.310	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			4.031	15.393	81.317	100.741		90.614	
Uso do bem público		558	1.993	5.176	33.202	25.168		66.097	
Arrendamentos e aluguéis		5	34	328	1.272	754		2.393	
Licenças Ambientais		478	1.666	4.282	6.247	12.671		14.685	
	25.278	4.401	166.140	207.403	107.239	510.461		486.289	

**29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

**29.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021 foi negativo em R\$346.992 (R\$322.213 negativo em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado foi negativo em R\$237.339 (R\$251.472 negativo em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. Na Companhia e no Consolidado, o CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures e dividendos a pagar, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos, se necessário.

**29.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia e sua controlada dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia e sua controlada à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia e sua controlada aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 12).

**29.2.4 Riscos ambientais**

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

**29.2.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

- **Rendas a receber**

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis da Investco decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Investco não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de risco:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AAA	34.833		164.344	87.772
AA		31.524		31.524
	<b>4</b>	<b>34.833</b>	<b>164.344</b>	<b>119.296</b>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**29.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**29.2.7 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

Total dos empréstimos e debêntures (-) Caixa e equivalentes de caixa Dívida líquida Total do Patrimônio líquido Total do capital	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	301.593	300.310	394.154	390.924
	(37.459)	(32.950)	(167.889)	(121.502)
	<b>264.134</b>	<b>267.360</b>	<b>226.265</b>	<b>269.422</b>
	699.732	676.832	946.154	922.343
	<b>963.866</b>	<b>944.192</b>	<b>1.172.419</b>	<b>1.191.765</b>
	27,40%	28,32%	19,30%	22,61%

30 Demonstrações dos fluxos de caixa

30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Títulos a receber e empréstimos a receber	6	7.977	(521)	725	8.181
		7.977	(521)	725	8.181

Aumento (diminuição) de passivos financiamento

Dividendos	11	175.162	(358.447)	313.238	37.708	167.661
Debêntures	18	300.310	(17.875)	19.158	301.593	
Arrendamentos e aluguéis		114	(133)	80	865	926
		<b>475.586</b>	<b>(376.455)</b>	<b>80</b>	<b>333.261</b>	<b>470.180</b>

Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)

		<b>467.609</b>	<b>(375.934)</b>	<b>80</b>	<b>332.536</b>	<b>37.708</b>	<b>461.999</b>
--	--	----------------	------------------	-----------	----------------	---------------	----------------

Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Títulos a receber e empréstimos a receber	7.448	(543)		1.072	7.977
	<b>7.448</b>	<b>(543)</b>	-	<b>1.072</b>	<b>7.977</b>

Aumento (diminuição) de passivos financiamento

Dividendos	73.344	(104.988)		180.021	26.785	175.162
Debêntures	501.410	(216.684)		15.584	300.310	
Arrendamentos e aluguéis	283	(207)	(58)	12	84	114
	<b>575.037</b>	<b>(321.879)</b>	<b>(58)</b>	<b>12</b>	<b>195.689</b>	<b>475.586</b>

Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)

		<b>567.589</b>	<b>(321.336)</b>	<b>(58)</b>	<b>12</b>	<b>194.617</b>	<b>26.785</b>	<b>467.609</b>
--	--	----------------	------------------	-------------	-----------	----------------	---------------	----------------

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2021
				Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financeiros</b>							
Dividendos	11	182.995	(365.705)		319.188	37.708	174.186
Debêntures	18	300.310	(17.875)		19.158		301.593
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	90.614	(7.086)	7.361	1.672		92.561
Arrendamentos e aluguéis		394	(396)	223	2.172		2.393
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>		<b>574.313</b>	<b>(391.062)</b>	<b>7.584</b>	<b>342.190</b>	<b>37.708</b>	<b>570.733</b>

		Consolidado				
		Efeito não caixa				
Saldo em	Efeito	Variação	Ajuste a	Adições/		Saldo em
31/12/202019	caixa	monetária e cambial	valor presente	baixas	Outros	31/12/2020



Continuação		Lajeado Energia S.A.	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro		João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro		Jonatan Ross Conselheiro	
		Marcello Nascimento Cabral da Costa Conselheiro	
DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico		Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e Diretor Executivo	
		Luiz Felipe Falcone de Souza Diretor	
		Alankardek Ferreira Moreira Diretor	
CONTABILIDADE			
Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)		Renan Silva Sobral Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Lajeado Energia S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principal assunto de auditoria**  
Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Resarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF extensão do prazo de concessão (ativo intangível - direito de concessão)- (Consulte as notas explicativas 1.1, 16.2 e 25 as demonstrações financeiras) - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020 e em 12 de julho de 2021 a Lei nº 14.182/2021, com a finalidade de repactuar o GSF para as geradoras que atuam no Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, a qual regulamenta a respectiva Lei. Como resultado da Lei nº 14.052/2020, com o complemento da lei 14.182/2021, e Resolução Normativa 895/2020, a Companhia decidiu por essa repactuação. Como consequência, quando aplicável, a Companhia terá que: (i) liquidar integralmente o saldo de GSF a pagar; (ii) desistir judicialmente e em caráter permanente de suas ações judiciais relacionadas ao GSF; (iii) assinar termo ativo de contrato de concessão, que dentre outros efeitos, assegurará uma extensão no prazo da concessão para Companhia, totalizando um incremento estimado 19,5 meses, nos quais os impactos contábeis foram registrados ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, por meio de uma adição ao ativo intangível (Direito de concessão - Outros) em contrapartida de uma recuperação de gastos operacionais do GSF, sendo o montante de R\$93.862 mil contabilizado em 31 de dezembro de 2020 e o montante de R\$ 135.476 mil totalizando um ativo intangível registrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 229.338 mil.

Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes, além de estimativas também relevantes de taxa de desconto, em relação ao reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Os nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor justo relacionado a extensão da concessão efetuada da Companhia, bem como, comparação dos dados utilizados como base de cálculo da estimativa do incremento de extensão do prazo de concessão com as informações publicadas na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021, Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL e cálculo final homologado pela ANEEL, durante o exercício de 2021; (ii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para análise dos efeitos tributários (Imposto de renda e contribuição social diferido passivo); (iii) recalculamos a atualização monetária, base para determinação do período de extensão da concessão, com base nos montantes e coeficientes disponibilizados na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL; (iv) obtivemos a ata de aprovação da Diretoria da Companhia deliberando a formalização sobre o aceite aos termos de repactuação que foram protocolados junto a ANEEL e, por consequência a formalização da desistência da ação judicial para adesão aos termos propostos pela ANEEL e (v) avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo intangível, os quais parte deles foram registrados fora do regime de competência, porém, considerados materiais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração do valor justo do ativo intangível, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

